



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A conservação da Natureza, apesar da sua capital importância para o equilíbrio dos ecossistemas e qualidade de vida e saúde das populações, tem sido um dos parentes “pobres” das políticas públicas executadas por sucessivos Governos.

Estas opções tem-se traduzido num claro desinvestimento e numa crónica falta de recursos humanos nesta área, meios há muito exigidos pelo Partido Ecologista Os Verdes, e em políticas de ocupação do solo que favorecem a dimensão económica, destruindo o equilíbrio de ecossistemas de suporte fulcral às necessidades humanas, de que são exemplos os projetos turísticos na “Herdade da Comporta” ou mesmo o “aeroporto do Montijo”, objecto de contestação de tantos cidadãos e entidades, a que o Partido Ecologista Os Verdes tem juntado a sua luta.

O Instituto de Conservação Natureza e Florestas (ICNF) é o espelho evidente do desinvestimento, com claros prejuízos para a conservação da Natureza.

Acresce que o ICNF tem procurado contribuir para as receitas do Estado e colmatar esta situação com a venda de árvores e material lenhoso nas áreas protegidas e em outras áreas sob a sua chancela, como sejam os Perímetros Florestais, suscitando por diversas vezes a denúncia de Os Verdes e a contestação da população. Todavia, não se conhece o destino dos valores das respetivas vendas, como disso é exemplo o caso do Pinhal de Leiria. Apesar do PEV ter questionado o Senhor Ministro do Ambiente, este não esclareceu de forma clara o destino e finalidade dos 13,6 milhões de euros com a venda (à data) da madeira salvada.

A sobreposição frequente das valências florestais às da conservação, é também uma das consequências da fusão do ICNF com a Autoridade Florestal Nacional (AFN), levada a cabo pelo PSD/CDS, em 2012, tal como o Partido Ecologista Os Verdes previamente alertou.

O abate de pinheiro-bravo que está a ocorrer no Perímetro Florestal das Dunas de Ovar, o pulmão do concelho, em consonância com a Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, no seguimento do Plano Gestão deste Perímetro de 2016, não é alheio à falta de meios do ICNF,

que arrecada 40% da receita com a venda da madeira. Até 2026, estava previsto o abate de 247 ha de pinheiro-bravo (principalmente árvores entre 50 e os 80 anos), cerca de 10% da área do Perímetro Florestal das Dunas de Ovar (2584 ha).

O Perímetro Florestal, em propriedades das autarquias e gerido pelo ICNF, constitui a maior mancha verde de Ovar (17% da área do município), ocupando um papel determinante, na conservação de habitats, fauna e flora, recreio e paisagístico, para a produção de madeira, pelo que o abate está a ser amplamente contestado pela população e associações ligadas ao ambiente.

Embora, a uma escala distinta e menos mediatizada esta mancha de pinheiro-bravo detém uma importância similar ao pinhal de Leiria, não só no equilíbrio do ecossistema, como na manutenção das dunas, estabilização de flora, proteção da costa e barreira natural contra a ação do mar e dos ventos, aspetos que se encontram explanados no Plano de Gestão Florestal do Perímetro Florestal das Dunas de Ovar 2016/2026.

No entanto, o carácter da função de proteção da fauna e flora deste ecossistema particular, caracterizado por sistema dunar, é interrompido pelas extensas manchas provocadas pelo abate de todo o coberto florestal, onde se incluíram as árvores e todos os extratos vegetais, arbustos, subarbustos e ervas, que o identificam e caracterizam, bem como a destruição da fina camada de solo que pouco haja, deixando de existir facilmente em terrenos arenosos e sujeitos à intensa erosão.

Este tipo de práticas florestais intensivas, nestes locais em particular, para além de fomentarem a proliferação de espécies exóticas invasoras como as acácias, a ervas-das-pampas, vêm dificultar a viabilidade numa nova plantação e mesmo a instalação natural da flora autóctone.

Estas são claramente práticas que não evidenciam o carácter de preservação de flora e fauna dunar, que o plano indica como vetores principais, nem mesmo na regeneração natural pretendida ao plano operacional, que caracterizam claramente a destruição dos habitats naturais, com consequências problemáticas.

Face à pressão que tem sido exercida pela população e associações ligadas ao ambiente, o ICNF reviu a área de abate pinheiro-bravo para metade, e posteriormente o Governo decidiu suspender, por um período de 30 dias, o respetivo corte que estava a ocorrer.

Embora seja positiva esta suspensão, é preciso proceder à revisão deste Plano de Gestão do Perímetro, que assegure uma gestão florestal orientada pelos valores e princípios da preservação da natureza e da biodiversidade.

Por outro lado, é necessário colmatar o subfinanciamento crónico a que o ICNF tem sido exposto de forma que a sua gestão seja efetivamente virada para a própria conservação, em vez de alimentar objetivos de carácter economicista. A dimensão ambiental e ecológica deve ser um repto nos projetos da intervenção desta chancela, eliminando como carácter único, a gestão industrial nas florestas públicas.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito a S. Ex^a O Presidente da Assembleia da República que remeta ao Governo a seguinte pergunta, para que o Ministério do Ambiente e da Ação Climática, possa prestar os seguintes esclarecimentos:

1- Tendo em conta que um dos objetivos do Plano de Gestão do Perímetro Florestal das Dunas de Ovar, consiste na conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora, como explica o Governo o abate raso de pinheiro-bravo, em manchas de dimensão considerável?

2- No seguimento da suspensão, por um período de 30 dias, do abate de pinheiros-bravos o Governo pondera rever o Plano de Gestão deste Perímetro (2016-2026)?

3- Quando é que o ICNF decidiu redefinir a área de abate de pinheiro-bravo, para cerca de metade dos 247 ha, previstos no plano de Gestão 2016-2026?

4- Nos últimos anos têm vindo a aumentar as vendas de madeira e material lenhoso levadas a cabo pelo ICNF em áreas protegidas e em perímetros florestais. Quais as razões que estão inerentes a esta tendência? Pautam-se pela efetiva gestão destas áreas ou para colmatar a falta de meios do ICNF?

5- Nos últimos 20 anos qual foi o valor arrecadado pelo ICNF com a venda de madeira neste perímetro Florestal?

5.1 Qual o destino dessa receita? Foi efetivamente aplicada na gestão deste perímetro florestal, nomeadamente no controle de espécies invasoras?

6- Que medidas vão ser tomadas de forma a recuperar as áreas onde foi realizado o corte raso e impedir a ocupação de espécies invasoras como as acácias?

7- O Ministério do Ambiente e da Ação Climática garante que a área correspondente ao Perímetro Florestal das Dunas de Ovar não vai ser objeto de qualquer intervenção urbanística?

Palácio de São Bento, 28 de fevereiro de 2022

Deputado(a)s

MARIANA SILVA(PEV)

JOSÉ LUÍS FERREIRA(PEV)